

Educação do Campo no município de Parintins/AM: um olhar sobre as escolas do campo

Field Education in the municipality of Parintins/AM: a look at rural schools

Érica de Souza e SOUZA¹

Heloisa da Silva BORGES²

Gabriel Rodrigues do NASCIMENTO³

Resumo

Este artigo apresenta o cenário da Educação do Campo no Município de Parintins/AM, evidenciando a organização das escolas do campo neste território. Metodologicamente, empregou-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental coletada junto à documentação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/PIN) do referido município, referente as escolas campesinas. Conclui-se que essas escolas possuem relevância no contexto investigado, implicando no combate ao processo de nucleação em Parintins, cujas consequências aos estudantes do campo é o deslocamento para estudar nas escolas da cidade.

Palavras-chave: Educação do Campo. Escolas do Campo. Parintins.

Abstract

This article presents the scenario of the Field Education in the Municipality of Parintins/AM, highlighting the organization of rural schools in this territory. Methodologically, the bibliographic research and documentary research were used, collected from the documentation of the Municipal Department of Education (SEMED/PIN) of that municipality, referring to rural schools. It is concluded that these schools have relevance in the investigated context, implying in the fight against the nucleation process in Parintins, whose consequence for rural students is the displacement to study in the city's schools.

Keywords: Field Education, Field Schools, Parintins.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Membro do Grupo de Pesquisas e Estudo do CNPq "Educação do Campo, Currículo e Formação de professores/as na Amazônia". Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6562533933082081>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2470-2483>. E-mail: souzaoficial7@gmail.com

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Professora do Departamento de Administração e Planejamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da UFAM. Possui vários artigos e livros publicados com tema em Educação do Campo, Formação de Professor, Políticas Públicas da Educação, Educação de Jovens e Adultos e Currículo do Ensino Básico. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9429409939324333>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7629-7056>. E-mail: heloborges@ufam.edu.br

³ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharel em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Amazonas (2005), e Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (2009). Tutor Educacional na Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM) na Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) onde trabalha com a formação continuada de professores. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1645498571626158>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2150-9984>. E-mail: gabriel.nascimento@semmed.manaus.am.gov.br

Introdução

A Educação do Campo é um processo recente na realidade brasileira - nascida em oposição a Educação Rural - fruto das demandas, lutas e reivindicações sócio-históricas dos movimentos sociais camponeses organizados, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como crítica à situação social vigente dos povos que vivem no/do campo, da luta pela terra e reforma agrária. Os interesses das populações camponesas relacionadas às questões do trabalho, cultura, conhecimento e lutas sociais mais amplas da classe trabalhadora camponesa e ao embate de classe entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura, na solução de problemas de outra lógica de produção e de trabalho, diferente do trabalho produtivo para o capital (Borges; Souza, 2021; Conte, 2022).

Na região amazônica, a Educação do Campo se vincula à luta de homens, mulheres, idosos, jovens e crianças; sujeitos cujas histórias estão relacionadas à dinâmica e aos dilemas que existem no campo. São camponeses, povos dos rios e das florestas, extrativistas, ribeirinhos, pequenos agricultores, assentados, remanescentes quilombolas, entre outros, cuja diversidade étnico-culturais desenvolvem diferentes estilos de vida e cultura, com singularidades e identidades próprias.

Nesse sentido, a Educação do Campo é um direito de 29.830.007 sujeitos históricos e sociais que vivem no campo (IBGE, 2010), cujo cenário nacional possui 52.913 escolas públicas em territórios camponeses, sendo 92 Federal, 5.193 Estadual e 47.628 Municipal com cerca de 5.383.488 de estudantes matriculados (Brasil, 2021). O Estado do Amazonas possui 3.595 escolas em territórios rurais/camponeses com cerca de 266.037 estudantes matriculados (Brasil/Censo escolar, 2021).

Apesar de iniciativas governamentais voltadas a Educação do Campo nas últimas décadas, esta ocupa lugar marginal nas políticas públicas educacionais (Cêa; Silva; Silva, 2014). O exemplo são as escolas nos territórios rurais/camponeses tratadas como “resíduo” do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo se negou o acesso aos avanços ocorridos nas duas últimas décadas como o reconhecimento e garantia do direito à Educação Básica (Arroyo; Caldart; Molina, 2011).

Nos últimos anos, houve o aumento de pesquisas acadêmicas em torno das escolas do campo em diferentes contextos, observando as políticas públicas educacionais, o ambiente educacional, organização do currículo,

trabalho pedagógico e os sistemas de ensino, bem como as condições estruturais precarizadas e desafios na garantia dos direitos sociais básicos da população camponesa.

Este artigo apresenta o cenário da Educação do Campo em Parintins. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Está organizado em três tópicos: 1) os procedimentos metodológicos empregados no estudo; 2) A Educação do Campo no contexto da pesquisa; 3) As escolas do campo no município de Parintins/AM, no que concerne a sua organização e políticas públicas.

São tecidas considerações sobre o resultado da pesquisa, defendendo e reafirmando a importância das escolas do campo nos territórios rurais/camponeses frente à construção de um projeto societário de campo e de formação humana da classe trabalhadora do campo, o que denota, pensar as escolas do campo na sua diversidade, inserindo-as “numa concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo” (Molina; Sá, 2012, p. 324), viabilizando políticas públicas e estratégias que permitam condições de funcionamento enquanto direito básico fundamental, para que os povos do campo permaneçam nos seus locais de origem.

Procedimento metodológico

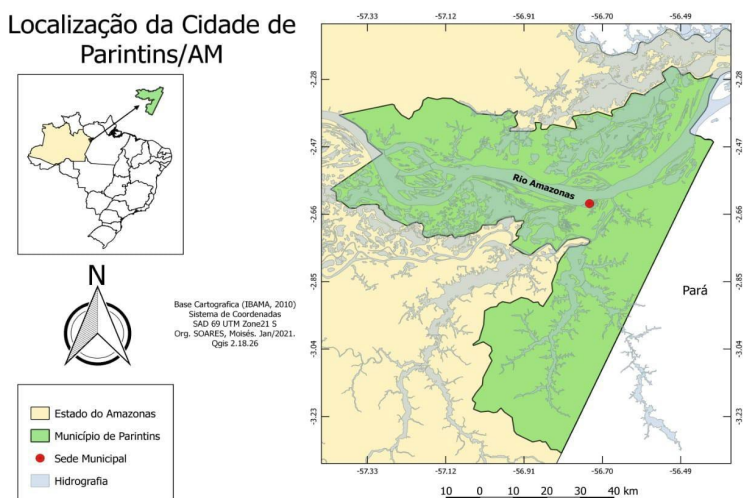
A pesquisa foi realizada no período de 2019 a 2021 no Município de Parintins, Estado do Amazonas. Metodologicamente, o estudo envolveu a pesquisa bibliográfica a partir dos estudos de Arroyo; Caldart; Molina (2011), Borges; Souza (2021), Conte (2022), D’Agostini; Molina; Jesus (2004), Molina; Antunes-Rocha (2014), Silva (2017), Taffarel; Santos Júnior (2012), que ajudam a discutir a Educação do Campo e as escolas do campo no cenário nacional, regional e local. E visando compreender a Educação do Campo no contexto investigado, o estudo contou com os levantamentos dos dados disponibilizados pela Divisão de Estatística e Cadastro Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Parintins

(SEMED/PIN), conhecendo a organização das escolas, atendimento em matrícula e transporte escolar.

Navegando pela Amazônia Parintinense: Contextos da pesquisa

A cidade de Parintins (PIN) está localizada na 9ª Sub-Região, região do Baixo Amazonas, ao leste do Estado do Amazonas, no limite com o Estado do Pará (Leste), Barreirinha (Oeste e Sul), Urucurituba (Oeste) e Nhamundá (Norte e Leste), a 369 km de Manaus em linha reta e 420 km por via fluvial, com área territorial de 5.978 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE, 2010).

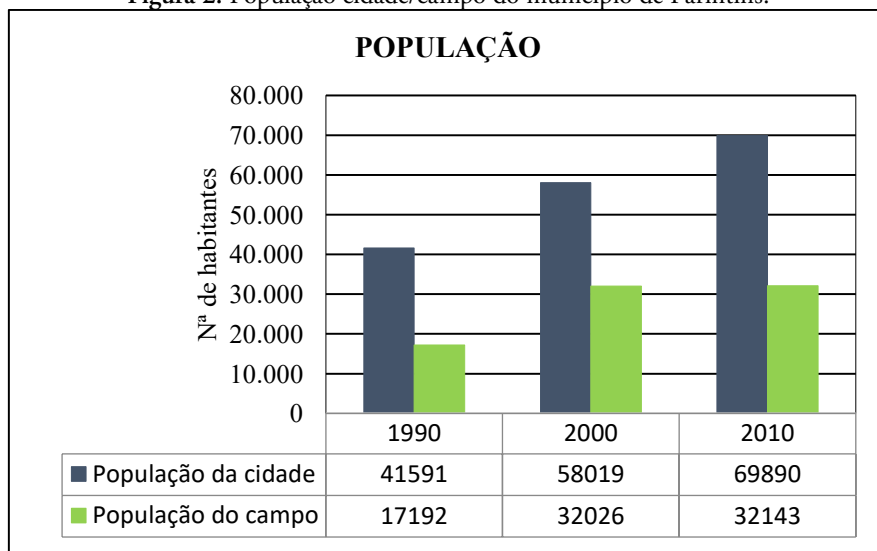
Figura 1: Localização do município de Parintins/AM.



Fonte: Soares (2021).

Segundo o último censo do IBGE (2010), Parintins é o segundo município mais populoso do Estado do Amazonas, com uma população de 102.033 mil habitantes, sendo 69.890 mil na área urbana e 32.143 mil no campo. Estima-se que em 2020 sua população seja na faixa de 115.465 pessoas, revelando um aumento populacional, conforme revela a figura 2.

Figura 2: População cidade/campo do município de Parintins.



Fonte: IBGE (1990/2000/2010).

Com relação ao crescimento populacional do município, os 3 (três) últimos Censo apresentados na figura 2 revelam um aumento das populações rurais/camponesas distribuídos nas 192 comunidades no município, segundo a unidade local do Instituto de Desenvolvimento agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Amazonas, 2017).

Destacamos que os termos “comunidade” e “comunidades ribeirinhas” são bastante utilizados em Parintins, assim como no estado do Amazonas. Silva (2014, p. 14) comenta que “em grande parte dos espaços rurais no Amazonas utilizamos o termo “comunidade” para nos referimos às concentrações populacionais da área rural, tanto as localizadas em terra-firme como na várzea”. As imagens abaixo mostram exemplos de comunidades da cidade de Parintins, em áreas de terra firme, que seriam terras relativamente altas, que ficam livres de inundações decorrentes da subida dos rios, convindo a ser refúgio para aqueles que se deslocam da várzea neste período. A várzea, diferente da terra firme, são áreas inundáveis situadas às margens de rios de águas brancas ou barrentas (Pereira, 2007).

Figura 3: Comunidade de área de várzea.



Fonte: Pontes (2021).

Figura 4: Comunidade de área de terra-firme.



Fonte: Souza (2018).

Essa denominação de comunidade veio da base da Igreja Católica na década de 1960. Seus nomes estão associados ao nome de um santo ou uma santa padroeira do local, e, em virtude da influência da igreja, geralmente associados à referência geográfica relacionada ao nome de um rio (Pantoja, 2006).

Com relação à educação em Parintins, no Plano Municipal de

Educação (2015-2025) consta que:

No contexto do processo educacional, o município de Parintins, abarca todas as faixas etárias, indo desde o pré-escolar até o ensino superior, passando pelo fundamental e ensino médio. Este estágio de formação, nos diversos níveis de ensino, que atualmente o município de Parintins experimenta, se deu em razão do crescimento socioeconômico e demográfico, com intervenção direta dos entes Federal, Estadual e Municipal (Parintins, 2015, p. 48).

O município conta com 22 (vinte e duas) escolas estaduais de nível fundamental e médio que ofertam também as modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio mediado por Tecnologia, e ainda há (2) duas escolas de Educação Básica localizadas no campo, mais especificamente nos Distritos do Caburi e Mocambo. Quanto às escolas da rede municipal, estas totalizam 146 unidades que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II distribuídas entre a zona urbana e rural do município, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Número de escolas municipais de Parintins.

ÁREA	Nº DE ESCOLAS MUNICIPAIS		Nº total de Escolas
	CENTROS EDUCACIONAIS INFANTIL	ESCOLAS DO FUNDAMENTAL E EJA	
URBANO	13	15	28
TERRA FIRME	3	89	92
VÁRZEA	0	26	26
TOTAL GERAL	16	130	146

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar–SEMED/PIN. Atualizada: 15.01.2021.

Os dados apontam que predominantemente a maioria das escolas está em territórios rurais/camponeses, principalmente as de Ensino Fundamental. Esse processo pode ser entendido por meio da municipalização do ensino que, ao mesmo tempo, em que pressupõem a articulação entre as esferas governamentais, revela a desarticulação e abertura política,

quando se refere à organização dos sistemas municipais de ensino, expressos no Art. 211 da Constituição Federal de 1988.

Art. 211. A União, os Estados, os Distritos Federais e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

§ 2º Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escola (Brasil, 1988).

Os dados são reveladores que de um total de 17.017 (dezessete mil e dezessete) estudantes matriculados na rede municipal de ensino, 8.020 (oito mil e vinte) estão nas escolas do campo, como podemos visualizar no quadro 2:

Quadro 2: Censo escolar, quadro demonstrativo do nº de estudantes matriculados nas escolas da rede municipal-ano 2020.

ÁREA	ED. INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO FUNDAMENTAL	Educação de Jovens e Adultos	TOTAL
		1º ao 5º ANO	6º ao 9º ANO		
URBANA	3.382	3.656	1.611	348	8.997
TERRA FIRMA	1.484	3.059	2.476	140	7.159
VÁRZEA	136	398	327	-	861
TOTAL GERAL	5.002	7.113	4.414	488	17.017

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar–SEMED/PIN.
Atualizada: 15.01.2021.

O município assegura a matrícula escolar na rede municipal de ensino e a universalização da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, a partir das metas 1, 2, 3, 8, 9 e 10 estabelecidas no Plano Municipal de Educação (2015-2025), consideradas necessárias para uma educação de qualidade, conforme consta:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, criar creches e ampliar a oferta de educação infantil, de forma a atender até 2018 50% (cinquenta por cento), até 2022 70% (setenta por cento), até 2025 90% (noventa por cento) das crianças de até 3 (três) anos de idade, até o final da vigência deste PME. (p. 81)

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 100% (cem por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME (p. 85).

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (p. 89).

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e indígenas, da região de menor escolaridade e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (p. 98).

Meta 9: elevar taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (p. 99).

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (Parintins, 2015, p. 99).

Embora o PME de Parintins (2015-2025) trace metas educacionais para as populações do campo, o cenário ainda é desafiador, por isso o

próximo item, apresenta-se a Educação do Campo no município em que se efetiva as políticas públicas e se organiza as escolas do campo.

Escolas do Campo: organização e políticas públicas

A Educação do Campo no município de Parintins acontece no contexto heterogêneo nas águas, terra e florestas, regiões de várzea, terra firme, assentamentos e áreas indígenas, com singularidades, especificidades, temporalidades e espacialidades distintas. Pelo cenário complexo e diversificado, um processo em construção que tem relação com as lutas da classe trabalhadora camponesa e com a contribuição de movimentos sociais e organizações sindicais que vem ajudando a produzir essa realidade. Esta se constitui em desafio na busca de projeto educativo fundamentado nas especificidades da região, nos múltiplos processos sociais e culturais, diferentes modos de vida, saberes, valores e interesses que formam a dinâmica própria e as identidades amazônicas.

Em toda a Amazônia, o desafio da construção desse projeto de Educação do Campo exige ações e estratégias educacionais, um currículo escolar que valorize a realidade local, formação adequada de professores/as e políticas públicas específicas para as escolas na região. A Educação do Campo no contexto de Parintins é uma realidade que incorpora diferentes espaços geográficos, histórico, político e social para melhor compreender objeto de estudo neste território; e julgamos relevante trazer a organização das escolas do campo neste município, nas quais estas constituem em 118 distribuídas em áreas de várzea, terra firme/assentamento e área indígena (SEMED/PIN, 2021).

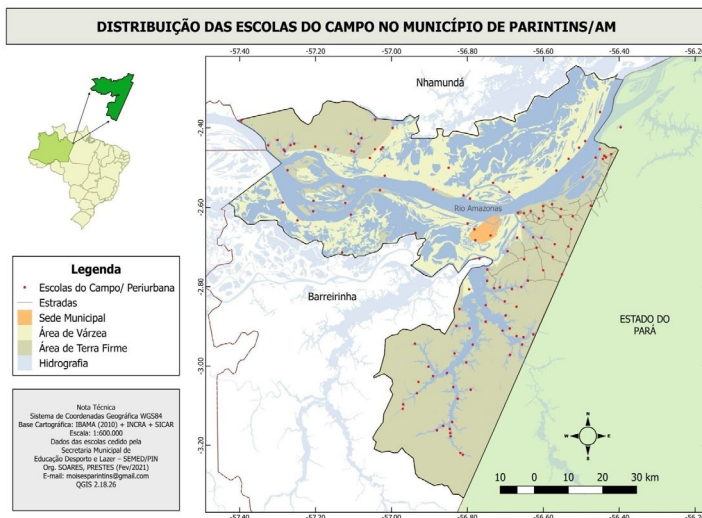
Quadro 3: Quantitativo de escolas do campo de Parintins conforme a distribuição por localidade.

Localidade	Quantidade
Terra firme/assentamento	85
Área de várzea	26
Área indígenas	7
Total	118

Fonte: Gerencial Geral da SEMED/PIN (2021).

Apesar de serem oficialmente 118 escolas do campo cadastradas no censo escolar 2020, o município conta com pelo menos mais 1 (uma) escola anexa na várzea e mais 3 (três) em área de estrada ou periurbana da cidade. A distribuição dessas escolas no território campesino pode ser visualizada na figura 5:

Figura 5: Distribuição das Escolas do Campo no município de Parintins /AM.



Segundo os dados da SEMED/PIN (2021), por meio do setor de Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar, as 118 escolas obedecem à organização do sistema nucleado, agregado (multietapa) e multisseriado (unidocente) de educação. A informação sobre a realidade educacional das escolas do campo de Parintins pode ser encontrada nos estudos de Silva (2017) ao destacar que a organização dessas escolas se encontra em três formas de organização: multisseriadas, agregadas e nucleadas.

As escolas multisseriadas, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2006, p. 25), são aquelas que “[...] têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independentemente do número de professores responsável pela classe”. Essa concepção de D’Agostini, Taffarel; Santos Júnior (2012, p. 321) ao enfatizarem que são “[...] escolas pequenas, em locais de difícil

acesso e conta com baixa densidade populacional; com apenas um professor, todas as séries estudam juntas numa mesma sala de aula”.

Em Parintins essas escolas estão distribuídas em áreas de várzea e terra-firme. O quadro 04 exibe o demonstrativo do número de turmas multisseriadas no município, segundo o setor de Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar (SEMED/PIN, 2021).

Quadro 4: Demonstrativo do número de turmas multisseriadas na Terra-Firme e Várzea.

MULTISSERIADAS									
Terra-firme						Várzea			
Multi 1º a 5º	Multi 2º a 5º	Multi 3º a 5º	Multi 4º a 5º	Multi 6º a 7º	Multi 8º a 9º	Multi 3º ao 5º	Multi 4º ao 5º	Multi 6º ao 7º	Multi 8º ao 9º
15	24	18	16	30	25	7	3	12	12

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar-SEMED/PIN. Atualizada: 15.01.2021.

Os dados revelam um quantitativo de 128 (cento e vinte e oito) turmas multisseriadas na área de terra-firme, e 34 (trinta e quatro) na área de várzea. Essas escolas/turmas multisseriadas possuem grande relevância na educação que se processa nesse território de águas, terra e florestas, constituindo-se em possibilidades de ensinar e aprender na Amazônia Parintinense, diante dos desafios imposto pela enchente e vazante dos rios, acesso às estradas e condições de existência material.

Em estudos desenvolvidos por Antunes-Rocha e Hage (2010), apesar da importância social que essas assumem para a garantia do acesso à escolarização de grandes contingentes populacionais brasileiros, em comunidades e territórios rurais onde se localizam estas são invisibilizadas nas políticas públicas.

A realidade onde essas escolas se inserem revelam contradições e um quadro de precarização e abandono, reflexo do descaso com a escolarização obrigatória às populações do campo. Os desafios em meio aos retrocessos impostos às políticas educacionais e sociais na atualidade, sem dúvida passa pela transgressão do modelo seriado de ensino, para o enfrentamento e a desconstrução dessa hegemonia, assentados no processo de transgressão desse modelo hegemônico, que se materializa nas escolas do campo, sob a organização do ensino multisseriado (Hage; Silva; Freitas, 2021).

Silva (2017) argumenta que embora haja preconceito e desqualificação dessas escolas, sua organização escolar no campo pode ser referência de qualidade de ensino se organizadas por ciclos e por princípios multidisciplinares. A necessidade das políticas de formação docente e instituições incorporarem no âmbito curricular o debate sobre a dinâmica e singularidades das classes multisseriadas nas escolas do campo, visando a melhoria e qualidade do desempenho escolar, sendo necessária uma “política global, articulada, permanente, com financiamento adequado e uma gestão pública, transparente, simplificada e com controle social e, fundamentalmente, com a participação dos povos do campo, com os movimentos que articulam suas lutas” (D’agostini; Taffarel; Santos Júnior, 2012, p. 321).

As escolas agregadas em Parintins são escolas pequenas, que funcionam em dois turnos, com duas ou três séries concomitantemente, reúne estudantes de séries diferentes por bloco de áreas de conhecimento e afins. Foram criadas pela SEMED/PIN enquanto estratégia para atender a um número maior de discentes, de forma que estes não ficassem sem estudar (Silva; Pimenta; Mourão, 2014; Silva, 2017).

O estudo de Silva (2017, p. 49) evidenciou que essas escolas nasceram visando “atender aos discentes das séries finais do Ensino Fundamental em comunidades rurais onde não há condições para se implantar a nucleação de escolas e a demanda de estudantes é reduzida”. O mesmo ainda revela que sua criação está respaldada no Art. 54 do Regimento Geral das Escolas da Rede Municipal de Ensino de 2009, no qual a SEMED/Parintins organizou o ensino por blocos de disciplinas (escolas agregadas), sendo que estas também “atendem crianças de Educação Infantil e quando isso ocorre, a turma divide-se da seguinte forma: Educação Infantil, 1º e 2º ano, em um turno e 3º, 4º e 5º ano, em outro turno, conforme a demanda de alunos” (Ibid., 2017, p. 49).

Art. 54. Os Estabelecimentos de Ensino funcionarão, com frequência mista de alunos por turma, a seguir:

I – 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental e 1ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos, no máximo 30 (trinta) alunos.

II - 4º e 5º ano do Ensino Fundamental e 2ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos, no máximo 35 (trinta e cinco) alunos.

III - 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, 3ª e 4ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos, no máximo 45 (quarenta e

cinco) alunos.

Parágrafo único – Nas Escolas Municipais situadas na zona rural, a quantidade máxima de alunos por agrupamento ou turma levará em consideração o espaço físico e a quantidade de séries agrupadas numa mesma turma (Paritins, 2009 *apud* Silva, 2017, p. 48-49).

Segundo a Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar – SEMED/PIN (Paritins, 2021) na terra firme há 86 (oitenta e seis) turmas agregadas, sendo destas 25 turmas unificadas, ou seja, turmas que agregam estudantes do Maternal, I período e II período de Educação Infantil e 61 (sessenta e uma) turmas multietapa que englobam estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Na várzea, os dados revelam que há 24 (vinte e quatro) turmas agregadas com a organização multietapa e nenhuma unificada, conforme evidenciamos no quadro 5:

Quadro 5: Demonstrativo do número de turmas agregadas na terra firme e várzea.

Terra-firme		Várzea	
ED. INFANTIL	ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	ED. INFANTIL	ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Unificada	Multi Etapa	Unificada	Multi Etapa
25	61	-	24

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar-SEMED/PIN.
Atualizada: 15.01.2021.

Para Silva (2017) a organização do sistema agregado de educação com turmas de Multietapa em Parintins infringe o que preconiza o parágrafo 2º do artigo terceiro da resolução nº 2 de 28 de abril de 2008, ao recomendar que em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental, da mesma forma que infringe também o artigo 55 do regimento geral das escolas municipais de Parintins de 29 de maio de 2009, o qual recomenda “nas escolas municipais situadas na Zona Rural, que funcionam com turmas multisseriadas, não será permitido agrupamento de alunos de Educação Infantil com alunos do Ensino Fundamental (Paritins, 2009 *apud* Silva, 2017, p. 49).

Nessas escolas, o agrupamento de estudantes ou a agregação das

turmas, assim como nas escolas multisseriadas fazem com que os professores/as trabalhem com crianças e adolescentes de diferentes idades e níveis de ensino, porém a especificidade desta escola consiste no fato de que nas turmas de Educação Infantil e de anos iniciais do Ensino Fundamental, há um único docente que ministra diferentes disciplinas, e nos anos finais do Ensino Fundamental há pelo menos dois professores que dividem as disciplinas por blocos.

Quanto à organização curricular dessas escolas, os componentes curriculares são agrupados por Blocos de Disciplinas, obedecendo à carga horária de cada Componente Curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, as horas letivas e os dias letivos exigidos na Lei 9.394/96. (Ibid., 2017, p. 49-50).

Por sua vez, as escolas nucleadas nasceram da política de nucleação considerada “[...] um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais” (Brasil, 2006, p. 116), ganhando força com suporte da política do transporte escolar e municipalização do ensino. Consideramos como violação dos direitos das crianças, jovens e adultos do campo a serem educados no seu local de origem, escondendo a face da racionalidade econômica, influenciada pelos organismos e agências multilaterais (Banco Mundial, FMI, entre outros).

A nucleação nasceu com as políticas de desativação voltadas para as escolas do campo na década de 90 e até hoje é sustentada pelo discurso neoliberal de garantir uma escola de qualidade que, na verdade, mascara os interesses econômicos das agências financiadoras de projetos nos países do Sul Global.

Esse projeto neoliberal e os dados das décadas anteriores que refletiam a precarização da escola do campo no país, “[...] fundamentaram a criação de políticas públicas que incentivavam a desativação da escola rural com a consequente implantação do transporte e da nucleação [...]” (Molina; Antunes-Rocha, 2014, p. 224).

Paralelo às políticas de nucleação fortemente aplicadas, sobretudo na década de 1990, a luta por políticas públicas específicas e afirmativas para as escolas do campo ganharam força com o surgimento de vários movimentos sociais camponeses, entre eles o Movimento Social Por Uma

Educação do Campo, que nos anos 90, iniciam uma luta e uma discussão dessa temática, no intuito de fazer valer o direito dos homens, das mulheres, dos jovens, dos adolescentes e das crianças que vivem no campo (Molina; Jesus, 2004).

Mediante os impactos dessa política no território campesino brasileiro com o prejuízo provocado pelo número de escolas fechadas ao longo dos anos, em 2011, o MST lançou a campanha “*Fechar escola é crime*”, resistindo e denunciando os processos de nucleação. O fechamento de escolas do campo é apontado em Santos *et al.*, (2018) como um problema gravíssimo.

Considerando que a Educação tem sua especificidade e natureza delimitada ontologicamente nos fundamentos e princípios que possibilitam nos tornarmos seres humanos, fechar escolas representa um violento ataque à própria humanização da população da nação brasileira. Configura-se um crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, às florestas e às águas. (Idem, 2018, p. 398)

O fechamento das escolas do campo brasileiro constitui uma das faces mais visíveis e cruéis da negação da educação pública, gratuita, laica e socialmente relevante aos trabalhadores e trabalhadoras do campo (TAFFAREL, 2020).

O fechamento das escolas multisseriadas e apoio a nucleação contrapõe-se a Resolução nº 1 de abril de 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, principalmente no seu Art 5º que legitima a identidade própria das escolas do campo, e que deverão contemplar a diversidade do campo, mas que ao ser erradicada pela política de nucleação retira o direito dos camponeses de serem educados no seu local de origem (Arroyo; Caldart; Molina, 2011).

Da mesma forma, vai contra a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares e os princípios para o desenvolvimento de políticas públicas da Educação de atendimento Básica do Campo, onde no seu parágrafo 1º do Art. 6º reforça que “a organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições” (Brasil, 2008).

No território camponês parintinense, a política de nucleação se vincula

a política do transporte escolar, pois o sentido da política de nucleação é, na verdade,

[...] a eliminação das escolas pequenas, que na lógica capitalista, mais do que investimento, representa gastos desnecessários. [...] Notadamente, discursos de viés mercadológicos sustentam que os custos com a nucleação são mais baixos que os custos da manutenção das salas multisseriadas, dada a redução de contratação de professores, de pessoal administrativo, etc. Estes sugerem que a melhor forma para reduzir os gastos públicos é transferir os estudantes que nelas estudam para escolas nucleadas (Silva, 2017, p. 50-51).

No estudo da autora (2017, p. 51) ainda podemos ter um melhor entendimento do que são essas escolas nucleadas no município, ao enfatizar que,

Em Parintins, as escolas nucleadas são também conhecidas como escolas pólos, nas quais as turmas são organizadas em seriação. À escola nucleada também se encontram vinculadas as escolas anexas, que funcionam em prédios, com estrutura precária, que pertenciam às escolas multisseriadas desativadas, mas que não funcionam com a organização legal daquela escola desativada e sim em extensão à escola nucleada.

Essa realidade mostra as contradições existentes, uma vez que as escolas anexas multisseriadas têm funcionado como um apêndice das escolas pólos. O modelo seriado hegemônico que se materializa nessas escolas, seguindo o modelo urbano cêntrico também não dialogam com a inter e a transdisciplinaridade, com o trabalho, a cultura, os saberes e a vida camponesa. Os quadros 6, 7 e 8 expressam o quantitativo de turmas seriadas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo do referido município.

Quadro 6: Demonstrativo do número de turmas seriada da Educação Infantil – Terra-Firme e Várzea.

ED. INFANTIL/SERIADO			
Terra-firme			Várzea
CRECHE	1º Per	2º Per	2º Per
10	11	15	1

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar-SEMED/PIN.
Atualizada: 15.01.2021.

O quadro 6 mostra a realidade da Educação Infantil em relação às turmas seriadas, sendo 10 (dez) turmas de creche que correspondem ao maternal, 11 (onze) turmas de 1 período e 15 (quinze) de segundo período na terra firme, e apenas 1(uma) turma de segundo período na região de várzea.

Quanto às turmas de Ensino Fundamental I, II e EJA, o quadro 7 mostra que na terra firme existem um total de 140 (cento e quarenta) de turmas de Ensino Fundamental, destas 55 (cinquenta e cinco) correspondem aos anos iniciais e 85 (oitenta e cinco) aos anos finais, há também 2 (duas) turmas de EJA dos anos iniciais e 6 (seis) dos anos finais.

Quadro 7: Demonstrativo do número de turmas seriada do Ensino Fundamental e EJA – Terra-Firme.

ENSINO FUNDAMENTAL/ SERIADO									EJA FUNDAMENTAL	
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Anos Iniciais	Anos Finais
12	12	12	3	16	21	20	23	21	2	6

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar–SEMED/PIN.

Atualizada: 15.01.2021.

Na várzea, por sua vez, não há a existência de turmas de EJA, mas de Ensino Fundamental, totalizando 19 (dezenove) turmas, sendo 8 (oito) de anos iniciais e 11 (onze) de anos finais.

Quadro 8: Demonstrativo do número de turmas seriadas de Ensino Fundamental – Várzea.

ENSINO FUNDAMENTAL/ SERIADO									
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	
1	1	1	-	5	3	2	3	3	

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar–SEMED/PIN.

Atualizada: 15.01.2021.

Para além da seriação, a nucleação nas escolas do campo de Parintins revela contradições percebidas na forma como acontece o transporte escolar neste município, pois em Parintins se dá por meio de embarcações, nem sempre equipadas com salva-vidas para todos os estudantes, ausência de profissionais que auxiliam na organização, principalmente de crianças

pequenas, com riscos de acidentes. Da mesma forma que as estradas são inadequadas para o transporte com ônibus escolar.

Figura 6: Transporte escolar em área de várzea



Fonte: Pontes (2021).

Figura 7: Transporte escolar em área de terra-firme



Fonte: Souza (2018).

Quadro 9: Nº de escolas do campo de Parintins e quantidade de estudantes que precisam de transporte escolar.

ÁREA	Nº DE ESCOLAS MUNICIPAIS		Nº total de Escolas	ESTUDANTE QUE PRECISAM DO TRANSPORTE ESCOLAR
	CENTROS EDUCACIONAIS INFANTIL	ESCOLAS DO FUNDAMENTAL E EJA		
TERRA FIRME	3	89	92	3.170
VÁRZEA	0	26	26	735
TOTAL GERAL	3	115	118	3.905

Fonte: Divisão de Estatística e Cadastramento Escolar–SEMED/PIN.
Atualizada: 15.01.2021.

Nesse contexto, vale ressaltar que os transportes escolares das escolas do campo não atendem as necessidades dos estudantes, sobretudo no período da vazante na terra firme, onde há comunidades em que o transporte escolar paralisa e com os estudantes submetidos a longas horas de caminhada do trajeto casa-escola-casa.

A política do transporte escolar, nas condições tais como se apresenta, além de impossibilitar que as crianças estudem em escolas inseridas no território onde vivem e/ou trabalham, acaba por submetê-las, diariamente, a desgastes físicos e riscos de acidentes, especialmente no enfrentamento de estradas terrestres precárias e ainda dos fenômenos naturais, como os da vazante dos rios, da enchente, dos fortes banzeiros e temporais (Silva, 2017, p. 51).

A política de nucleação e transporte escolar provoca outras consequências em Parintins, onde crianças e adolescentes do campo, sobretudo agrovilas próximas a sede são deslocadas para estudar nas escolas da cidade. Nesse viés, as ponderações de Arroyo (2007) apontam que essas políticas de nucleação de escolas e transporte das crianças e adolescentes do campo para as escolas urbanas radicalizaram o paradigma urbano, pois os estudantes do campo esquecem sua identidade e cultura para serem socializados, com identidade e cultura urbanas. Expressando o total desrespeito às raízes culturais, identitárias dos povos do campo.

Tal fato infringe os dispositivos previstos no artigo 208 da

Constituição Federal de 1988, que assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Infringe ainda o que preconiza a LDB 9.394/96, especialmente no que concerne aos artigos 10 e 11, que recomenda aos entes federados estaduais e municipais a incumbência de assumir o transporte escolar dos alunos de suas respectivas redes de ensino (Silva, 2017, p. 53).

Os dados levantados apresentam um quadro no que concerne às contradições na oferta educacional para as populações camponesas nesse município, pois o processo de nucleação nega o direito aos sujeitos do campo de serem educados no seu local de origem, o que implica no fenômeno de esvaziamento do campo.

Considerações Finais

O cenário da Educação do Campo no Município de Parintins/AM, evidencia as políticas públicas e organização das escolas do campo neste território. O estudo apontou que a Educação do Campo acontece no contexto heterogêneo das águas, terra e florestas, nas regiões de várzea, terra firme, assentamentos e áreas indígenas, com singularidades, especificidades, temporalidades e espacialidades diferentes.

Os dados revelam que o atendimento aos educandos do campo no Município de Parintins vem assegurando a matrícula escolar na rede municipal de ensino para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, a partir das seguintes metas 1, 2, 3, 8, 9 e 10 estabelecidas no seu Plano Municipal de Educação.

Com relação ao quadro das escolas do campo, este é composto por 118 oficialmente cadastradas no INEP, sendo que a maioria das escolas multisseriadas unidocentes ou com classes multisseriadas estão localizadas na área de várzea, enquanto as agregadas e nucleadas estão na terra-firme.

No centro da organização dessas escolas, encontram-se as tensões e contradições ocasionadas pelas políticas de nucleação das escolas que obriga as crianças a estudar em outra comunidade ou mesmo na sede do município, e a política do transporte que nem sempre consegue atender toda os estudantes do campo.

As escolas do campo possuem relevância no contexto investigado, implicando a necessidade de frear o processo de nucleação, cujas consequências aos estudantes do campo, é o deslocamento para estudar nas escolas urbanas.

Pudemos constatar que a proposição curricular pensada para o campo do município de Parintins é fundada nos princípios organizativos da Educação Rural, indo na contramão dos pressupostos estabelecidos pela Educação do Campo que se difere desse protótipo, posto que trabalha na perspectiva de uma educação que seja no e do campo, vinculada à cultura e às necessidades humanas e sociais dos sujeitos do campo, conforme defende Arroyo; Caldart; Molina (2011).

Diante desse cenário, a Educação do Campo em Parintins é um processo em construção e desafio na busca de um projeto educativo que reconheça os embates de classe, as especificidades da região, os múltiplos processos sociais e culturais, diferentes modos de vida, saberes, valores e interesses que formam a dinâmica própria e as identidades amazônicas, visando a transgressão do paradigma urbanocêntrico.

Desse modo, defende-se a importância das escolas do campo nos territórios rurais/camponeses frente à construção de um projeto societário de campo e de formação humana da classe trabalhadora do campo, viabilizando políticas públicas e estratégias que permitam condições essenciais de funcionamento dessas escolas enquanto direito básico fundamental.

Referências

AMAZONAS, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). **Parintins**. 2017. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/tag/parintins/>. Acesso em: 02/12/2017.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (Org.). **Escola de direito: reinventando a escola multiseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, M. Políticas de formação de educadores (as) do campo. In:

Cadernos do CEDES: Educação do Campo. vol. 27, n 72, maio/ago. São Paulo: Cortez; Campinas, **CEDES**, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BORGES, H. S.; SOUZA, É. S. Os Movimentos Sociais na Construção das Políticas de Formação de Educadores/as do Campo. **Revista da FA-EEBA: Educação e Contemporaneidade**. Salvador:BA, v. 30, n. 61, p. 68-84, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432021000100068&lng=pt&nrm=iso.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **A educação no Brasil rural** / Alvana Maria Bof (organização); Carlos Eduardo Moreno Sampaio et al. – Brasília: 2006. Disponível em www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news06_13.htm. Acesso: 12 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008**. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2021: MEC/Inep/DEED – **Microdados do Censo Escolar**. Elaboração: Todos Pela Educação.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2021**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

CÊA, G. S. S.; SILVA, C. F.; SILVA, E. J. Educação do campo e desenvolvimento econômico em Alagoas: problematizando a escassa pesquisa e mapeando a situação. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v.

23, n. 53/2, p. 615-636, 2014. DOI: 10.29286/rep.v23i53/2.1757. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1757>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CONTE, I. I. Pedagogia da Alternância na Educação do Campo em Uma Escola Pública. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1-20, 2022. DOI: 10.29286/rep.v 31 jan/dez.12746. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12746>. Acesso em: 16 jul. 2022.

D'AGOSTINI, A.; TAFFAREL, C. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L. Escola Ativa. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HAGE, S. M.; SILVA, H. S. A.; FREITAS, M. N. M. Escola Pública do Campo no Contexto das Políticas Educacionais: Desafios às Práticas Formativas do Programa Escola da Terra no Brasil e na Amazônia Paraense. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 61, p. 299-314, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432021000100299&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 jul. 2023.

IBGE. **População rural**. Séries Históricas e Estatísticas. Brasília. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em 20 de jun, 2022.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, 2004. p. 13-52. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5).

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S. *et al.*, (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 324-330.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo: História, Práticas e Desafios no Âmbito das Políticas de Formação de

Educadores – Reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez.2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/5252/3689>. Acesso em: 07out.2020.

PANTOJA, G. G. **Acordo de Pesca: instrumento para a co-gestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins-Am**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Manaus: UFAM, 2006.

PARINTINS. **Aprova o Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Disponível em: https://sapl.parintins.am.leg.br/media/sapl/public/nor-majuridica/2015/133/lei_615_2015.pdf. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

PARINTINS. **Dados Gerais Sobre Educação do Campo em Parintins**. SEMEDI/PIN, 2021. Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/?q=277-conteudo-101680-secretaria-municipal-de-educacao-semed>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

PEREIRA, H. S. A dinâmica da paisagem Socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

SANTOS, C. A. *et al.* **Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do Pronera**. 1. ed. Brasília: UnB, 2018. v. 1. 304p.

SILVA, S. S.; PIMENTA, A. C. T.; MOURÃO, A. R. B. O Cenário das Escolas Públicas Ribeirinhas no Baixo Amazonas. In: **Anais do XII Seminário Nacional de Políticas Educacionais e Currículo/I Seminário Internacional de Políticas Públicas Educacionais, Cultura e Formação de Professores** 25, 26 e 27 de novembro de 2014. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

SILVA, S. S. **Políticas de Formação Inicial de Professores do Campo em Parintins: Contextos e Contradições**. Tese de Doutorado. Manaus, UFAM/Faced/PPGE, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6084>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

TAFFAREL, C. N. Z. Aula Inaugural Educação do Campo. **Canal Acessoria e comunicação da UFRB** no YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E3Vsct0gcxU>. Acesso em 07 de nov. 2021.

Recebimento em: 16/08/2022.

Aceite em: 24/01/2024.